

Jornadas de Junho - 10 anos depois



Por **CARLOS DE NICOLA***

Não foi perfeito, mas esperamos um novo Junho, para melhor fazê-lo

Traveling

Quando filmei as cenas do minidocumentário [Vozes de junho](#), a conjuntura brasileira estava em aberto. Às vésperas das grandes manifestações de 17 de junho de 2013, militantes experientes, ativistas novatos e o povo em geral não poderiam imaginar para onde iria o Brasil.

Não estou entre os que teorizam Junho como uma grande articulação da CIA, a central de inteligência estadunidense. Se todas as revoluções são impossíveis até que se tornem inevitáveis, quase três décadas depois do início da Nova República, com a Constituição de 1988, após mobilizações relevantes, em diferentes frentes durante os governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e, depois, durante os governos Lula e Dilma Rousseff, houve uma convergência temporária, muito efêmera, mas bastante potente, naqueles dias do final de outono de 2013.

As cenas iniciais do minidocumentário transcorrem ainda em 13 de junho de 2013, o último ato da sequência “normal” daquelas Jornadas - antes da massificação que ocorreu a partir do ato seguinte. Inclusive, a repressão policial que fez a filmagem tremida naqueles primeiros segundos de gravação foi a que desencadeou, um pouco depois, os ferimentos na repórter da *Folha de S. Paulo*, e no fotógrafo Sérgio Silva, que perdeu um olho naquele mesmo local, nas esquinas da Rua da Consolação com a Rua Maria Antônia.

O clima era de medo porque houve repressão em atos anteriores. A polícia se coloca ao meu lado direito, na calçada da Rua da Consolação, onde hoje encontram-se lojinhas e uma banca de jornal. Em seguida, eles disparam em nós balas de borracha, à queima roupa, causando pânico. Havia um bloqueio à frente do ato, porque a regra antecipada pelas autoridades era de que não poderíamos subir a Consolação. Fomos encurralados naquele 13 de junho, sem chance de defesa.

Zoom

Duas mulheres que aparecem de relance nas cenas, companheiras de militância, tornaram-se, anos depois, figuras públicas e foram eleitas para mandatos parlamentares. De certa forma, Junho também foi institucionalizado, pela esquerda e pela direita.

Um dos potenciais alvos daquele grande ato era a sede da *rede Globo*. Conforme passamos em frente à emissora - no

a terra é redonda

minidocumentário é o trecho do vídeo em que se entoa “Quem não pula quer tarifa!” – todos ficamos a imaginar quem jogaria a primeira pedra, ou acenderia a primeira chama. Mas a marcha passou em frente, impassível.

Interessante notar que esse ódio ao conglomerado de comunicação, e, talvez, em extensão, à toda mídia corporativista brasileira, foi canalizado, anos depois, pela extrema direita e por Jair Bolsonaro. Talvez uma das propostas centrais, que poderia galvanizar a mobilização, fosse a democratização da mídia de fato, com um programa nacional de mídia popular, financiando e impulsionando coletivos descentralizados, comunitários, de rádios, televisão, e nas mídias sociais – coletivos, até então, ainda nascentes, mas a *Mídia Ninja* já se destacava.

O programa do José Luiz Datena na tarde de 13 de junho de 2013, durante o último ato antes das grandes marchas, é emblemático: “Você é a favor de protesto com baderna? Sim, nós somos”. O que estava em questão era a definição de protesto e de baderna da grande mídia, e talvez uma certa ironia autoirônica dos espectadores, que estavam fartos de tudo aquilo, mas não foram, como não fomos, capazes de propor mudanças. O mesmo Datena é cogitado para ser, quem sabe, candidato a prefeito nas eleições paulistanas de 2024, com potencial eleitoral.

“Não é só por vinte centavos”, outra das palavras de ordem, não pautava de fato pôr o que se mobilizava – realmente, não houve exatidão estratégica. Dos atos “de rotina” por transporte público de qualidade – acertados, e, nesse ponto, devemos todas as loas ao Movimento Passe Livre (MPL) –, eu mesmo me lembro de participar de um deles em frente à Prefeitura de São Paulo em 2011, passou-se, às marchas seguintes, a uma crítica (impiedosa) de tudo que existe.

Escolhi duas músicas para compor a trilha sonora, uma delas de um grupo brasileiro que havia assistido no Centro Cultural São Paulo (CCSP) naquela época, e achei interessante, principalmente por utilizar trechos radiofônicos que remetiam à ditadura militar. E, o outro, de Geraldo Vandré – o Vandré da década de 1960 – que dialoga com um tempo outro, um tempo presente naquela Rua Maria Antônia.

Por essa deficiência estratégica, menos culpa do MPL e mais da esquerda brasileira e seus erros táticos e históricos, a bandeira do Brasil é que ganhou relevo. Na falta de concretude programática, de bases sobre as quais se apoiar, o povo buscou o que já conhecia, o patriotismo vazio, de prateleira, próprio à Copa das Confederações que se iniciava naquelas semanas – embora alvo de críticas das marchas – e das Copas do Mundo – a do Brasil viria em 2014, um ano depois daqueles acontecimentos.

A bandeira nacional ainda estava flutuando, sem a base de extrema direita que lhe seguraria a haste e a faria arrebentar na cabeça dos mais humildes, dos gays, das mulheres e dos negros, como foi feito anos depois na ascensão de Jair Bolsonaro. Ela estava à procura de um dono, de uma embocadura, de uma vocalização, talvez de um projeto de país.

O jovem, ao lado de sua companheira, diz que ele era “um daqueles que só reclamava no Facebook”. De fato, essa era uma das “narrativas” presentes naqueles dias: o povo acordou, ou seja, se mobilizou, em vez de manter-se na letargia, e saiu das redes – nas quais se mantinha cada vez mais alerta, mas ainda em um nível inferior daquele que vemos hoje em 2023 com as discussões que envolvem o Projeto de Lei das *fake news*.

Anos depois foram justamente as redes que desempenharam papel central na eleição de um líder de extrema direita que é em alguma medida o antípoda de Junho de 2013. Só reclamar passou a também poder replicar e ganhar notoriedade, no caso, com notícias absurdamente falsas, mas que encontraram uma base social propícia no histórico conservadorismo brasileiro, agora *high tech*.

O rechaço aos partidos estava presente desde os primeiros atos, uma vez que o MPL carregava uma aura anarquista pendente ao autonomismo, sendo muitas vezes diligente em frisar um caráter supostamente “horizontal” das manifestações.

O que ocorreu de 17 de junho de 2013 em diante foi outra coisa, um ranço organizado contra o progressismo, à direita,

espelhado no governo de Dilma Rousseff, e em seu partido, o PT. Se eu não me engano, o ato seguinte ao 17 de junho – talvez 20 de junho de 2013 – foi aquele em que *skinheads* cercaram o bloco da esquerda partidária e mandaram “gentilmente” abaixar-se as bandeiras.

O discurso antipolítica também fez parte, como se pode ouvir na entrevista com o homem de paletó. “Os políticos enriquecem e reformam suas vidas inteirinhas”. Poderíamos ter proposto uma saída à esquerda, houve discussões sobre reforma política, mas todas estavam entrincheiradas no próprio poder, em esquemas de cima para baixo.

“Ô Haddad, eu não me engano, esse aumento é coisa de tucano” pode-se ouvir a certa altura, e faz som ao discurso antipolítica, na medida em que se o que se vende enquanto progressismo iguala-se ao conservadorismo, qual a função de participar da política? Hoje, Fernando Haddad é chamado de o mais tucano dos petistas, ao articular o Ministério da Fazenda do governo Lula. Lembro-me do anúncio conjunto de ambos Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, prefeito e governador de São Paulo, sobre o regresso à tarifa de transporte ao valor de R\$ 3,00 depois daquele grande ato de 17 de junho de 2013.

Clímax

Na militância há dias que valem por anos, e posso dizer que o que vivenciei e aprendi naquelas Jornadas de Junho de 2013 repercute até hoje. Me lembro que ao início, e, às vezes, no meio dos atos, o MPL chamava assembleias “instantâneas”, sempre da parte mais à frente da marcha, para decidir, por exemplo, a continuação do trajeto, ou o que fazer diante de uma barreira policial. Era no mínimo esdrúxulo, diante dos escudos da Tropa de Choque, as pessoas se abaixarem e iniciarem uma discussão elaborada sobre os rumos a seguir.

Depois do massacre de 13 de junho de 2013, que ganhou repercussão especialmente por ferir repórteres da grande mídia, o evento no Facebook do ato seguinte – eram sempre às terças e quintas-feiras – começou a ganhar escala exponencial. Para nós que estávamos naquelas jornadas de luta, não sabíamos o que esperar. Lembro-me de uma reunião em que um dirigente deixou isso evidente: “o negócio seria muito grande, como nunca havíamos visto”. E acertou-se na política: nossa faixa exibia o website do coletivo.

Me lembro de ficar abrigado junto a outras pessoas naquele 13 de junho em uma garagem de um prédio antigo em uma travessa da Rua Augusta – creio que na Rua Antonio Carlos. A Tropa de Choque botava para quebrar do lado de fora, e nós ficamos aguardando. Até que o zelador do prédio veio com as más notícias: havíamos sido denunciados por vizinhos, e teríamos que sair. Fomos literalmente entregues aos leões – sorte que o pelotão já havia seguido em frente.

A cena de abertura de 17 de junho, do grupo chegando no Largo da Batata, e a multidão se ampliando, é bastante imponente, porque revela sua dimensão quase incalculável. Naquela tarde tudo poderia acontecer.

Anticlímax

Lembro-me até hoje do impacto que foi uma manchete do *Estadão*, em seguida às eleições de 2014: o “Congresso Nacional eleito é o mais conservador desde 1964”. Como foi possível? Em qual ponto, entre a concentração dos atos de 17 de junho de 2013, no Largo da Batata e as eleições, o país marchou ainda mais à direita?

A cena das pessoas meditando em meio ao caos no Largo da Batata remete às disputas naquelas Jornadas, reflexo da despolitização nacional que antecedeu Junho de 2013. Havia os pacifistas, podemos chamá-los assim, que rejeitavam as formas tradicionais de mobilização, as palavras de ordem, certo caráter ofensivo de um ato de massas, que requer pautas, que clama, convoca, apreende, recorre. Era um grupo, ou setor, que ainda existe – talvez tenha se fortalecido – que crê

apenas em mudanças no modo de vida, individualmente, passo a passo, e não em mobilizações coletivas. Rejeitam a nomenclatura de “massas” veementemente, como se houvesse uma individualidade sacrossanta no capitalismo. Em todo o caso, a cena é pitoresca, absurda. Para onde será que foram quando o asfalto começou a esquentar sob milhares de pés? “Aqui começa a paz”, um dos cartazes.

Os *black blocks* foram talvez os personagens mais famosos daquelas Jornadas. Lembro-me de marchar no centro de São Paulo e, antes do grande ato de 17 de junho, arrepiar-me cada vez que alguém dava alguns socos de repente numa banca de jornal, ou estourava algum lixo pelo caminho, concentrados que estava em saber por onde a polícia atacaria primeiro.

Créditos

Ainda hoje me pego a pensar para onde foram aqueles entrevistados. Falhei ao não recolher o contato das pessoas, mas, pelo menos a Laerte sabemos quem é, e podemos dizer que permaneceu no campo onde se encontrava, ao lado dos progressistas que talvez, pelo menos naquela marcha de 17 de junho, éramos maioria.

Mas, e os outros? Aqueles dois amigos a caminhar na Avenida Faria Lima, a repetir as palavras de ordem mais difundidas: “Não tem polícia, não tem violência!”. Para onde será que foram 10 anos depois? E aquele casal de jovens exigindo mais democracia, quais escolhas fizeram? Faço a autocrítica de que faltaram negres, mais homens e mulheres trans, e outras pessoas. O perfil social foi parecido entre aqueles aos quais fiz perguntas, mas as grandes tomadas de cenas não mentem: Junho foi bastante diverso, pelo menos em São Paulo, onde diz-se que foi o maior dos atos naquela tarde.

Um senhor enraivecido bradava contra os estádios da futura Copa do Mundo de 2014 – outra das palavras de ordem – “Saúde e Educação padrões Fifa!” concretizava, ainda que abstratamente, o desejo por serviços públicos de melhor qualidade e, ainda, numa camada mais subjetiva, o controle por sobre esses serviços, e o direito de ditar-se os rumos da própria vida, sem a opressão econômica, de gênero, de raça, e outras do regime do capital. Por que não nos foi possível estabelecer um programa tangível? “Todo mundo segura um no outro”, foi o que conseguimos formular diante do medo naquele 13 de junho. O ar estava pesadíssimo, a polícia havia prometido não aceitar a caminhada.

Para a esquerda Junho foi um desperdício? Não. As próprias marchas de rua, apesar de nunca nem perto terem reunido o que se juntou naquelas tardes, foram mais bem organizadas. Houve muitos atos, de todo tipo de setor, às vezes ao mesmo tempo. A esquerda institucional conseguiu reciclar-se em parte, haja vista o espaço que o PSOL obteve desde então.

Discussões como Direito à Cidade, entre outras, ganharam espaço na sociedade, apesar de poucos avanços relativos no que diz respeito à mobilidade urbana, por exemplo – conversas do atual Governo Lula sobre isenção tributária a automóveis evidenciam essa dificuldade.

Para a direita Junho foi capitalizado? Não. Lembro-me de como a Polícia Militar de São Paulo avançou nas técnicas repressivas. Um ou dois anos depois surgiram aqueles uniformes de guerra, armaduras futuristas para tornar o corpo do policial um pedaço de ferro. As técnicas de dispersão – aliás, de implosão de manifestações, especialmente aquelas organizadas em torno aos aumentos de tarifa, como em 2015 – foram assustadoras.

Os massivos atos pelo golpe contra Dilma Rousseff, também em 2015, ecoaram o que fizemos naquelas tardes de Junho de 2013, mas com outro conteúdo. O “espírito de Junho” se é possível assim dizer, é insurgente, “aberto” embora sem definições tangíveis. O que aconteceu em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, foi uma paródia ensaiada e facilitada em torno a obras de arte.

Não foi perfeito, mas esperamos um novo Junho, para melhor fazê-lo, e, por que não, para registrá-lo.

a terra é redonda

Carlos De Nicola é militante do movimento socioambiental.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda